

Política Pública Indígena Brasileira

Brazilian Indigenous Public Policy

Política Pública Indígena Brasileira

Bernd Reiter¹

Resumo

REITER, Bernd. Política Pública Indígena Brasileira. *Rev. C&Trópico*, v. 46. n. 2, p. 43-62, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art3](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art3)

Este artigo é resultado de uma pesquisa etnográfica conduzida em Pesqueira, Pernambuco, em junho de 2022, conduzida pelo autor na condição de bolsista da Fundação Fulbright (Fulbright Distinguished Chair of Public Policy, Brazil) e como *fellow* da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco, no período de maio a agosto de 2022. O objetivo da pesquisa foi descobrir o diferencial indígena na gestão municipal da cidade de Pesqueira, onde o cacique Xukuru Marcos Luidson Araújo foi eleito ao cargo de prefeito em novembro de 2020, e vários outros Xukurus começaram a trabalhar como secretários municipais a partir de janeiro de 2021. Descobrimos que o diferencial indígena da gestão municipal Xukuru se baseia nos princípios da coletividade, horizontalidade e responsabilidade. Esses princípios pertencem ao repertório político Xukuru aplicados, até agora, na reserva deles e, com a conquista do município, amplificados à gestão do município. Os líderes Xukurus, confrontados com o desafio de praticar uma gestão indígena diferenciada, tiveram que negociar e redefinir o significado do ‘ser indígena’ numa tentativa de serem, e parecerem, “autênticos.” A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 1º de agosto de 2022, de declarar ilegal a posse do cacique Marcus forçou-o a “dar um jeito” e atuar como Secretário do estado no Município em vez de Prefeito, apoiado pela maioria dos vereadores na câmara municipal. A atuação da justiça eleitoral brasileira contra os Xukuru e contra a vontade eleitoral de Pesqueira levanta importantes questões sobre o caráter político da justiça brasileira, dando uma importância a este caso que extrapola Pesqueira e os Xukuru.

Palavras-chave: Descolonização. Indígenas. Gestão municipal. Política pública indígena.

Abstract

REITER, Bernd. Indigenous Public Policy. *Rev. C&Trópico*, v. 46. n. 2, p. 43-62, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art3](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art3)

This article is the result of an ethnographic research conducted in Pesqueira, Pernambuco, in June 2022, as a Fulbright fellow (Fulbright Distinguished Chair of

¹ Cientista político do Departamento de Línguas e Literaturas Clássicas e Modernas da Texas Tech University, Ph.D. pela Universidade Nova de Lisboa. E-mail: bereiter@ttu.edu Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2764-4036>

Public Policy, Brazil) and as a fellow at the Joaquim Nabuco Foundation, Recife, from May to August 2022. The objective of this research was to discover the indigenous differential in the municipal management of the city of Pesqueira, where the Xukuru cacique Marcos Luidson Araújo was elected to the position of mayor in November 2020 and several other Xukurus began to work as municipal secretaries, as of January 2021. We found out that the indigenous differential of Xukuru municipal administration is based on the principles of collectivity, horizontality, and responsibility. These principles belong to the Xukuru political repertoire applied, until now, in their reservation and, with the conquest of the municipality, amplified the management of the municipality. Xukuru leaders, faced with the challenge of practicing differentiated indigenous management, had to negotiate and redefine the meaning of 'being indigenous' in an attempt to be, and appear, "authentic." The decision of the Brazilian Supreme Electoral Court (STE), of 1 August 2022, to declare the mayorship of cacique Marcus illegal, forced him to improvise and act as secretary of state in the municipality instead of mayor, supported by the majority of the councilors in the town hall. The performance of the Brazilian electoral justice against the Xukurus and against the electoral will of Pesqueira raises important questions about the political character of Brazilian justice, giving an importance to this case that goes beyond Pesqueira and the Xukurus.

Keywords: Decolonization. Indigenous People. Municipal Administration. Indigenous Public Policy.

Resumen

REITER, Bernd. Política Pública Indígena Brasileña. *Rev. Ci & Trópico*, v. 46. n. 2, p. 43-62, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art3](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art3)

Este artículo es el resultado de una investigación etnográfica realizada en Pesqueira, Pernambuco, en junio de 2022, como becario de la Fundación Fulbright (Cátedra Distinguida Fulbright de Políticas Públicas, Brasil) y como becario de la Fundación Joaquim Nabuco, Recife, de mayo a agosto 2022. El objetivo de mi investigación fue descubrir el diferencial indígena en la gestión municipal de la ciudad de Pesqueira, donde el cacique Xukuru Marcos Luidson Araújo fue elegido para el cargo de alcalde en noviembre de 2020 y varios otros Xukurus comenzaron a actuar como secretarios municipales, a partir de enero de 2021. Descubrí que el diferencial indígena de la gestión municipal Xukuru se basa en los principios de colectividad, horizontalidad y responsabilidad. Estos principios pertenecen al repertorio político de los Xukuru aplicados, hasta ahora, en su resguardo y, con la conquista del municipio, ampliados a la gestión del municipio. Los líderes de Xukurus, ante el desafío de practicar una gestión indígena diferenciada, tuvieron que negociar y redefinir el significado de "ser indígena" en un intento de ser y parecer "auténticos." La decisión del Tribunal Supremo Electoral (STE), del 1 de agosto de 2022, de declarar ilegal la tenencia del cacique Marcus, lo obligó a improvisar y actuar como secretario de Estado en el municipio en lugar de alcalde, apoyada por la mayoría

de los concejales en el ayuntamiento. La actuación de la justicia electoral brasileña contra los Xukurus y contra la voluntad electoral de Pesqueira plantea cuestiones importantes sobre el carácter político de la justicia brasileña, dando una importancia a este caso que va más allá de Pesqueira y los Xukurus.

Palabras clave: Descolonización. Indígenas. Gestión municipal. Política pública indígena.

1. Introdução

Nas eleições municipais brasileiras de novembro de 2020, foram eleitos 236 indígenas, de 71 povos. Entre os quais, 9 municípios (de um total de 5.568) elegeram um prefeito indígena. Esta é a maior representação política indígena na história do Brasil.²

A conquista de cargos legislativos, executivos e administrativos por povos indígenas representa uma nova fase na política brasileira e sinaliza o começo do que poderia vir a ser uma nova Política Pública, baseada em um diferencial indígena. Com as crises políticas, econômicas, e ecológicas que marcam o início deste milênio (REITER, 2019), surge, com a chegada de indígenas ao poder político, uma nova esperança: a de que eles e elas façam uma política e administração melhores, mais honestas, mais eficientes, mais transparentes, mais envolvidas e mais democráticas, ou seja, uma Política Pública diferente e diferenciada.

Qual é, então, o diferencial indígena na Política Pública Brasileira? Para responder a essa pergunta, conduzi um estudo de caso exploratório em Pesqueira, município no interior agreste de Pernambuco, nos meses de junho a agosto de 2022, apoiado por uma bolsa Fulbright e vinculado à Fundação Joaquim Nabuco (GEORGE; BENNETT, 2005; REITER 2017).³ 12 líderes Xukuru foram entrevistados na cidade de Pesqueira, em junho de 2022 e foi realizada uma entrevista com um intelectual indígena, Xukuru-Cariri, que mora na cidade de Salvador. O principal objetivo das entrevistas foi aprender dos entrevistados sobre a história Xukuru, sua concepção da democracia e o diferencial indígena na política Brasileira. As entrevistas demoraram, em média, 30 minutos cada. Seleccionei líderes Xukurus para serem entrevistados como especialistas nesse assunto e formulei perguntas abertas, que permitiram que eles possam falar livremente sobre a história dos Xukuru, sobre o que seria uma Política Pública Xukuru, sobre sua concepção de como deveria ser a democracia e a Política Pública Brasileira e o que seria uma política pública indígena e Xukuru. Permitted que os entrevistados também falassem sobre outros assuntos que eles achassem relevantes. Expliquei a eles que eu era um pesquisador interessado na gestão pública Xukuru e seu diferencial. Dos 12 entrevistados, somente uma foi mulher, pois todos os líderes que me foram indicados eram homens. Depois de criar uma primeira versão deste artigo, mandei-o ao cacique Xukuru Marcos para obter sua autorização de seguir adiante.

2 Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/11/17/eleicoes-2020-em-contagem-parcial-apib-mapeia-159-candidatos-indigenas-eleitos/>.

3 Quero agradecer o apoio da Fundação Fulbright que possibilitou esta pesquisa e à Fundação Joaquim Nabuco, especialmente a profa. Alexandrina Sobreira, que me acolheu durante minha estadia no Brasil.

Pesqueira, uma cidade de uns 68.000 habitantes situada na região agreste de Pernambuco, fica dentro do território tradicional do grupo indígena Xukuru. Uma parte deste território foi oficialmente homologada como reserva indígena pelo governo brasileiro em abril de 2001. Está composto por 27.555 hectares e contém 24 aldeias, com um total de uns 9.000 habitantes. O território Xukuru homologado como reserva indígena fica adjunto a cidade de Pesqueira.

Nas eleições municipais de novembro de 2020, Pesqueira elegeu o cacique Xukuru, Marcos Luidson Araújo, como prefeito da cidade de Pesqueira para servir de janeiro de 2021 a dezembro de 2024.

No tempo da minha pesquisa, em junho de 2022, o cacique Marcos ainda não tinha conseguido tomar posse como prefeito eleito, com 51.6% do total dos votos, o mais votado na história de Pesqueira. Isto porque foi acusado de participar de um movimento de protesto popular em 2003 (sic.), quando foi alvo de um atentado a sua vida (sic.), no qual dois dos seus companheiros indígenas, Jozenilson José dos Santos e José Ademilson Barbosa da Silva, foram mortos a tiros. Marcos escapou do atentado à sua vida mas foi acusado, e condenado, por ter participado num incêndio de um prédio de Pesqueira que aconteceu como reação ao duplo assassinato e a tentativa de assassiná-lo. Vale ressaltar que seu pai, Xicão Xukuru, foi assassinado em 1998. Por causa desta condenação, o Tribunal Eleitoral de Pernambuco barrou sua posse. O caso de Marcos Xukuru chegou até o Tribunal Superior Eleitoral em Brasília, onde o ministro Sergio Banhos, apontado pelo atual presidente Bolsonaro, manteve a suspensão de Marcos até a data da minha pesquisa.

No dia 1º de agosto 2022, finalmente, o Tribunal Superior Eleitoral (STE) confirmou a inelegibilidade do cacique Marcos para o cargo de prefeito até julho de 2024 e determinou novas eleições, sem especificar o prazo delas. Ao decidir dessa forma, o STE afirmou o poder da lei *contra* a vontade eleitoral de Pesqueira e, ao fazer isso, *consolida* a dominação do estado contra a vontade eleitoral do povo de Pesqueira, Xukuru ou não. Dessa forma, a luta pra democratizar a democracia Brasileira continua, seja em Pesqueira ou seja em outros municípios e estados brasileiros, como afirma o cacique Marcus numa mensagem gravada logo depois da decisão do STE, no dia 2 de agosto de 2022⁴.

2. Os indígenas e a lei

A decisão do Supremo Tribunal Eleitoral Brasileiro de 1º de agosto de 2022 foi uma decisão contra o cacique Marcos e contra a vontade eleitoral do Município de Pesqueira. A decisão do STE focaliza num crime contra um patrimônio particular, cometido em 2003, mas ignora a causa deste crime, ou seja, o crime do assassinato de dois indígenas e a tentativa de assassinato do cacique Marcos, o que causou um levante popular contra a casa do suposto autor do assassinato. Ao proceder desta forma, a justiça Brasileira, mais uma vez, revela seu caráter político e sua motivação parcial, atuando contra a vontade popular e, ultimamente, contra a democracia neste país.

4 Disponível em: <https://marcozero.org/tse-confirma-inelegibilidade-do-cacique-marcos-xukuru-e-determina-novas-eleicoes-em-pesqueira-pe/>

Afirma, com isto, que a justiça Brasileira não é independente, mas comprometida com a poder. Dos 7 ministros que compõem o STE em agosto de 2022, somente um votou a favor do cacique, o atual presidente do STE, Edson Fachin, que tem uma história de apoio a causas trabalhistas, da CUT e do PT.

Nem todas as leis e instancias judiciais atuam sempre e de forma categórica contra os indígenas, pois as decisões jurídicas como a mesma formação de leis são determinadas, pelo menos em parte, pelas circunstâncias políticas locais, nacionais, e internacionais de um determinado tempo (Paschel, 2016). A constituição brasileira de 1988, resultado de um amplo movimento popular constituinte, afirma o direito dos povos indígenas ao seu próprio território. Desde então, muitos grupos indígenas têm lutado para obter o reconhecimento de partes de suas terras ancestrais para serem reconhecidas como reservas. O processo de demarcação de reservas indígenas tem sido longo e difícil, feito com sucessos parciais e muitas desvantagens. Desde janeiro de 2019, com o governo de Jair Bolsonaro assumindo o poder em Brasília, os direitos indígenas voltaram a ser ameaçados e muitos processos de garantia de seus próprios territórios foram interrompidos ou revertidos.

O governo brasileiro firmou, em 2002, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que declara:

The peoples concerned shall have the right to decide their own priorities for the process of development as it affects their lives, beliefs, institutions and spiritual well-being and the lands they occupy or otherwise use, and to exercise control, to the extent possible, over their own economic, social, and cultural development. (ILO Convention No. 169, article 7(1)).

Os povos interessados terão o direito de decidir suas próprias prioridades para o processo de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam de outra forma, e exercer controle, na medida do possível, sobre o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural (OIT Convenção No. 169, artigo 7 (1)).

Firmando esta declaração, o Estado brasileiro afirma respeitar a vontade e as preferências dos povos indígenas. Reconhecimento requer, como base, o reconhecimento mútuo; do interlocutor como parceiro igual. Assim que, para poder existir uma política pública para os indígenas, os indígenas também deveriam ter uma política pública para os não indígenas. Isso leva a perguntar: o governo brasileiro por acaso conhece as preferências indígenas? Quais são essas preferências? O que seria uma política pública, não do estado brasileiro para os indígenas, mas dos indígenas para o estado e o povo brasileiro?

Este trabalho de pesquisa procura delinear o que poderia ser uma política pública indígena, ou seja, de indígenas para eles mesmos e de indígenas brasileiros para

os não indígenas. Acredito que somente depois de ter clareza desta política pública, poderá existir um diálogo entre iguais, em que um lado respeite o outro porque conhece o outro, seus valores, convicções, suas normas, preferências e metas.

Como existem uns 300 grupos étnicos indígenas no Brasil, com uma população total de mais de um milhão de pessoas, inclusive 67 grupos indígenas que não têm contato com o mundo branco (FUNAI), falar de uma política pública indígena, no singular, seria cometer um erro de homogeneizar o que, na realidade, é diverso e heterogêneo. Para operacionalizar o conceito de Política Pública Indígena, dessa forma, temos que focalizar em grupo étnico, ou então detectar uma família de grupos étnicos que compartilham as mesmas preferências e convicções políticas. Este estudo de caso visa, dessa forma, delinear a política pública Xukuru.

3. Os Xukurus do Ororubá

Podemos ler sobre os Xukurus na página web do Instituto Socioambiental, uma ONG Brasileira:

Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no estado de Pernambuco. Os registros sobre esses índios datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato de um importante líder xukuru, de outros dois índios e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico xukuru.⁵

5 Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Os Xukuru falam apenas o português, no entanto conhecem cerca de 800 palavras de um léxico que remete a uma língua indígena antiga. Contavam, em 2007, com uma população estimada em 10.536 (Funasa/Siasi). Atualmente vivem em um território localizado na Serra do Ororubá em Pernambuco. Ali estão distribuídos em mais de 20 aldeias. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Além da Serra do Ororubá, os Xukuru também moram em alguns bairros da cidade de Pesqueira. Durante décadas, esses índios habitaram principalmente, os bairros denominados “Xucurus” e “Caixa d’água”, localizados na área fronteira entre a serra do Ororubá e a cidade. Hoje, encontram-se espalhados também por outros bairros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do Agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semiárida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva.

De fato, pesquisas históricas confirmam que os indígenas Xukuru habitavam o território de Pesqueira já na época da conquista Portuguesa (Cardim, 1925 [1625]; Alveal, 2015; Damasceno, 2016; Medeiros, 2005; Silva 2020; Curvelo, 2019) e que o atual município de Pesqueira fica dentro do território tradicional desta nação.

4. Pesqueira

No acervo da Câmara Municipal de Pesqueira, pode-se ler esta história de Pesqueira:

Pesqueira é um município Brasileiro do estado de Pernambuco. Distante a 215 km da Capital Pernambucana. Situa-se na Microrregião do Vale do Ipojuca e Mesorregião do Agreste Pernambucano. É sede da Diocese de Pesqueira, a sé episcopal está na Catedral Santa Águeda. Pesqueira dispõe de boa in-

fraestrutura, que inclui hotéis, pousadas, bares, restaurantes e movimentado calendário de eventos, faz parte deste calendário o antigo Circuito do Frio de Pernambuco atual Festival Pernambuco Nação Cultural “Festa da Renascença” de Pesqueira (um festival de músicas no meio do ano com artistas locais e consagrados) e toda a parte cultural da cidade. Além de privilegiada localização, Pesqueira conta com o Santuário de Nossa Senhora das Graças, local de adoração e centro de peregrinação católica. A história de Pesqueira começa em fins de 1659 ou início de 1660 com a fundação de uma missão da Congregação do Oratório pelo padre João Duarte do Sacramento. Tal missão fora fundada junto à tribo cariri de nome Xukuru, que habitava a serra do Ororubá (ou Urubá, ou até Ararobá, como aparece nos registros mais antigos). O local foi batizado pelo padre de Monte Alegre, que depois se tornou Cimbres e fora elevada à categoria de vila em 3 de abril de 1762. Antes disso, segundo carta de sesmaria datada de 24 de janeiro de 1691, o lugar já era sede da Capitania de Ararobá e tinha como capitão-mor o sesmeiro Matias Sicio, que seria substituído ainda naquele mesmo ano por João de Oliveira Neves, segundo carta assinada por ele em agosto de 1691. Pelo menos até 1721, segundo documento de 4 de abril daquele ano, um manifesto em apoio a Antônio Vieira de Melo, Oliveira Neves, fazendeiro de Monte Alegre, ainda era capitã-mor de Ararobá. Ao que parece, a dita capitania foi transferida para os Campos dos Garanhuns por volta de 1727 e não em 1700, como alguns apontam. A capitania voltaria para Monte Alegre em 1762, com a elevação da povoação à categoria de vila e sede de município. A partir de 1800, uma fazenda começou a ser instalada ao pé da serra por Manoel José de Siqueira. A fazenda recebeu o nome de “Poço Pesqueiro” (ou “da Pesqueira”, como também se encontra nos registros mais antigos) e começou a progredir com rapidez. Tanto que a 13 de maio de 1836, Poço Pesqueiro já era uma povoação vistosa e fora elevada a vila com o simplório nome de “Pesqueira”. Junto com a elevação a vila, Pesqueira recebeu a sede do Município de Cimbres (que no alto da serra, já não era tão viável para assuntos políticos e o comércio). Depois disso a cidade progrediu como nenhum outro lugar do sertão, devido à instalação de fábricas de doces e beneficiamento de tomate. Em 1880 a vila foi elevada a cidade com o nome de “Santa Águeda de Pesqueira”, que não vingou e recebeu o nome de “Pesqueira”. A vila de Cimbres foi a ela anexada e, juntas, Cimbres e Pesqueira formaram o Município de Cimbres até 1913, quando “Pesqueira” passou definitivamente a ser o nome do Município, passando a antiga sede a mero distrito.

Dessa forma, a história de Pesqueira se confunde com a história dos Xukurus, pois a cidade foi fundada ao redor da missão cristã que visava batizar os indígenas. Os indígenas do território do Ororubá, do outro lado, estão intimamente conectados aos não-indígenas de Pesqueira e devemos considerar muitos deles serem parentes, resultado de centenas de anos de contato, convivência e mistura.

5. A questão da terra

A posse de terra impacta, de forma direta e grave, não só o bem-estar de muita gente no Brasil, mas ela também é a causa de muitos conflitos, muitos deles fatais. No território Xukuru não é diferente. Para poder entender bem o atual conflito pela terra, é preciso esclarecer a história da posse de terra em Pesqueira e no território indígena Xukuru. É uma história típica brasileira, marcada pelo tipo de colonização que o reino português empreendeu nas suas terras ultramarinas. Os passos históricos que afetaram os xukurus se confundem com a história geral do Nordeste Brasileiro e do resto do país.

Em 1549, o governo-geral foi instalado nestas terras. Durante a União Ibérica (1580-1640), os holandeses aproveitavam a situação de descontrole nas colônias e se instalaram em Olinda, em 1630. O domínio holandês durou até 1654, quando as tropas Portuguesas conseguiram a reconquista do território brasileiro (PUNTONI, 2014).

Com a consolidação do domínio português nas terras brasileiras começou a expansão do controle colonial do litoral para o interior, apoiado por bandeirantes Paulistas e, às vezes, por grupos indígenas fiéis aos portugueses. Uma aliança dos indígenas Cariri, conhecida como a Confederação dos Cariris, ou então *Confederação dos Bárbaros*, foi finalmente derrotada pelos portugueses em 1713, marcando o fim da então chamada *Guerra dos Bárbaros*. Os Xukurus, como subgrupo Cariri, faziam parte desta luta anticolonial, e perderam.

É a partir do fim dessa guerra, que a posse de terra pelos colonos conquistadores no território Xukuru consegue se consolidar, seguindo o padrão português das sesmarias, ou seja: a doação de terras a colonos portugueses com o mandato de plantar, cultivar e controlar essas terras e os povos que nela se encontram. O modelo de posse das capitanias e suas subdivisões, as sesmarias, foi o modelo criado pelos portugueses no trato com os mouros em Portugal na época da reconquista, ou seja, oferecer terra e gente àqueles aristocratas Portugueses que conseguiam reconquistar essas terras e assegurá-las para a coroa Portuguesa (CROWLEY, 2015). Vale a pena ressaltar que a posse de terra pelos portugueses foi o resultado de uma doação da Coroa portuguesa. Era uma posse sem pagamento. O território Xukuru fica dentro da sesmaria concedida em 1671, a Bernardo Vieira de Melo e outros. (DAMASCENO, 2016).

Também vale a pena ressaltar que os conflitos sobre a posse da terra começaram logo com a doação das sesmarias, pois muitos sesmeiros, como o mesmo Bernardo Vieira de Melo, vendiam parte das suas sesmarias a outros colonos e, em alguns casos, a coroa Portuguesa intervia nessas transações, consideradas ilegais por ela (DAMASCENO, 2016). Os conflitos entre colonos portugueses e holandeses, como também os conflitos entre colonos e entre colonos e indígenas, foram aproveitados por muitos escravizados para fugirem, tanto pelos africanos e seus descendentes, como

pelos indígenas escravizados até 1758. Alguns deles formaram Quilombos, como o *Quilombo de Palmares*, fundado por volta de 1597 na capitania de Pernambuco, no atual estado de Alagoas e, na zona dos Xukuru, o *Quilombo Negros do Osso*, reconhecido pela Fundação Palmares em 2005 (Arcanjo, 2008).

Dessa forma, em meados do século 18 começa o processo da subdivisão das antigas sesmarias entre os descendentes, e sua venda a diferentes fazendeiros na região do Agreste Pernambucano. Nesse processo, os indígenas Xukuru, semelhante a outros indígenas da região e do país, finalmente perderam suas terras ancestrais aos colonos portugueses e seus descendentes.

Escreve Damasceno: “Segundo a relação escrita a mando do governador D. Marcos de Noronha (...) a freguesia do Ararobá, por volta de 1746, contava com três aldeias de missionação indígena, com aproximadamente 1147 pessoas.” (Damasceno, 2016, p. 880). O mesmo autor também relata que,

Em 1761, após longo processo e conturbado processo jurídico contra Antônio Vieira de Melo, este foi preso e seus bens sequestrados pela Fazenda Real de Pernambuco. A Coroa alegava a suposta ilegalidade da doação da sesmaria herdada por Antônio Vieira à luz das normas então vigentes, que limitavam as doações a algo em torno de três léguas quadradas de terra. No Lançamento dos sítios avaliados que tocam às sesmarias do Capitão Antônio Viera de Melo, sequestrados pela Fazenda Real, os quais se avaliaram por mandado do Ilustríssimo e Excelentíssimo General, dos quais alguns pertencem a terceiros e quartos possuidores, constam os nomes e avaliações dos sítios no interior do domínio de Antônio Vieira de Melo, naquele mesmo ano. São 27 sítios, dois deles incluindo seus logradouros, que somam no total 6:860\$000 – fora o gado, a escravaria e outros bens (Damasceno, 2016, p. 92).

Vemos, dessa forma, que a disputa pela posse da terra envolveu os herdeiros dos sesmeiros originais, a Coroa portuguesa, o governo português instalado no Brasil, os fazendeiros que compraram terra, mesmo que de forma ilegítima, e todos os segmentos da população que atualmente moravam nessas terras e viviam dela. Foram esses indígenas, africanos e seus descendentes livres e libertos, e toda a gama de camponeses mestiços e caboclos, os quais sofreram as consequências dos jogos econômicos e políticos das elites que compravam e vendiam suas terras ancestrais.

No caso dos Xukuru, não é de surpreender que a luta por seu território exigiu muito sacrifício e encontrou muita resistência dos fazendeiros, considerados donos formais destas terras. Em 20 de maio de 1998, foi assassinado o líder dos Xukuru, o Cacique Xicão. Pela apuração da Polícia Federal brasileira, o assassinato foi a mando do fazendeiro José Cordeiro de Santana e executado por José Libório Galindo. Santana foi encontrado morto na sua cela de prisão e Galindo foi condenado a 19 anos de prisão. Segundo o Conselho indigenista missionário, foi “a primeira vez em que a Justiça

Federal de Pernambuco pune um acusado de participação em assassinato ligado a um povo indígena” (<https://cimi.org.br/2004/11/22538/>).

A morte de Xicão Xukuru não foi em vão. Ele lutou para que seu povo possa ter sua terra ancestral reconhecida e protegida pelo governo federal e foi justamente isto que finalmente aconteceu em 2001.

6. Políticas públicas indígenas: O jeito Xukuru de ser e fazer política

Em novembro de 2020, o Cacique Marcos ganhou as eleições municipais de Pesqueira com 51.60% dos votos. Seu partido era o Republicanos. Pelo mesmo partido, se elegeram mais quatro Xukurus (Zezinho da Briboca, Pastinha Xukuru, Sil Xukuru e Bal de Mimoso). Com esse resultado, os republicanos Xukurus constituem a maioria numa câmara de 15 vereadores, pois estão aliados com outros partidos de oposição à oligarquia tradicional que controlou Pesqueira até 2020. São eles que dominam a câmara municipal, comandando um grupo de partidos que eles lideram. Dessa forma, Pesqueira, desde janeiro de 2021, tem uma administração municipal Xukuru. Isso traz a pergunta: qual é a diferença que uma administração municipal indígena pode fazer?

Justificado por tal resultado, as secretarias municipais do estado, de educação, de cultura e turismo, entre outros, estão lideradas pelos Xukuru.

6.1. O diferencial indígena: o que constitui uma Política Pública indígena?

O projeto político Xukuru se caracteriza por quatro eixos: o princípio de “mandar obedecendo,” ações políticas definidas pela coletividade, horizontalidade e responsabilidade (entrevista com Cacique Marcos, 10 de junho 2022).

Para poder efetuar essas preferências filosóficas, os xukurus se reúnem anualmente numa assembleia geral, no território deles, para propor, discutir, a determinar as políticas públicas e os demais ações coletivas.

O cacique Marcos explica:

Precisamos mudar essa concepção do individualismo e pensar muito mais num processo coletivo (...) temos que abrir esse espaço de diálogo entre a gestão e o cidadão (...). O cidadão tem que começar a se sentir parte desse processo, se sentir responsável. (...) Precisa ter um sentimento de pertencer (...). Pesqueira, na realidade, faz parte do território Xukuru; fica dentro dele (...). O projeto de mudança seria esse: horizontalidade, coletividade e responsabilidade. (entrevista com Cacique Marcos, 10 de junho 2022).

Nas entrevistas realizadas com lideranças de diferentes aldeias, algumas ideias centrais ficaram evidentes, na minha busca de identificar o “diferencial indígena.” São eles:

6.2. Os mais velhos

Na fala de muitas lideranças indígenas, “os mais velhos” são referenciados frequentemente. Os mais velhos são tidos como fontes de sabedoria ancestral. Eles são consultados como guias para aprender o que se deve fazer e como se deve fazer. Também são eles que sabem o que significa ser indígena. Os Xukuru, igual a outros grupos indígenas das Américas, respeitam os mais velhos e os consultam.

6.3. A espiritualidade

Outro elemento da cosmovisão Xukuru é sua espiritualidade e sua religiosidade. Muito frequentemente a religiosidade é referenciada para denotar uma diferença de atuar no mundo. Em vez de ser motivado pelo lucro e pela exploração, muitos xukurus explicam que eles são motivados por sua religiosidade, ou seja, por sua forma de estar no mundo e de atuar no mundo, tanto com a sociedade, como também com um mundo animal e natural, é baseada numa concepção espiritual do mundo.

O secretário de turismo e cultura, Guilherme Araújo Marinho Magalhaes Xukuru explica:

Não é só o povo Xukuru que nós estamos defendendo. É o país todo, para ter uma outra perspectiva do mundo, multiétnico. É a partir do nosso território que esta mudança começa, num projeto de participação e de pertencer (...) O povo Xukuru se entende como um movimento político, para além do eleitoral. (entrevista com o secretário municipal de turismo e cultura de Pesqueira, Thiago, 7 de junho 2022)

6.4. Responsabilidade

A atuação indígena no espaço público se caracteriza por uma forte ênfase em responsabilidades. Os líderes Xukurus que entrevistei se sentem responsáveis pela natureza; pela vida dos animais, pelo bem-estar dos Xukuru e agora, desde que chegaram ao município de Pesqueira, também por Pesqueira e seus habitantes. Isso é bem diferente dos administradores públicos anteriores, não indígenas cuja atuação se respaldou num discurso de direitos. São poucos os políticos não indígenas no Brasil, ou em outro país qualquer, que se perguntam ‘de onde vem esses direitos’ ou ‘como são construídos e mantidos estes direitos.’

Os Xukuru, alinhados com outros grupos indígenas, baseiam sua atuação pública na coletividade e no princípio de ‘mandar obedecendo,’ ou seja: na escuta de demandas trazidas pela população. Com isto, os Xukuru ancoram sua atuação política no princípio democrático básico, pois na sua concepção mais fundamental, democracia demanda que as atuações no âmbito político são oriundas da coletividade, que primeiramente define o que fazer no âmbito coletivo e depois passa o mandato de efetuar as ações correspondentes às lideranças que se encontram em cargos administrativos

e executivos. Nesta concepção, direitos são criados e defendidos pela coletividade e esta mesma coletividade abraça a responsabilidade de zelar pelo bem-estar de todos, inclusive dos animais e da terra.

6.5. A importância do território

A mesma concepção do ser indígena é intimamente vinculada ao território. Não há indígena sem território. O território, por sua vez, vincula a religiosidade com a atuação política, via os rituais e os ancestrais. Os rituais Xukuru, como de outros grupos indígenas, são rituais na terra que reconectam os seres vivos com os seres mortos/ancestrais e os seres encantados. Criam-se e recriam-se no ritual indígena os vínculos que juntam os seres vivos com a natureza, com a terra, com os ancestrais, e com o mundo encantado, e é dessa unidade que a política indígena se inspira e se orienta. Até mesmo a lei é percebida como uma lei que está presente na natureza. As pessoas, desta forma, deveriam aprender da natureza e compreender a lei da natureza.

O Secretário de educação municipal, Thiago Torres de Lima Xukuru, explica:

Nós temos uma outra relação com a natureza, com o meio ambiente. Lá é a vivência dos nossos encantados; é lá onde vive nossa espiritualidade, a nossa religiosidade. É de lá que a gente se alimenta espiritualmente, pois os nossos ancestrais viveram lá e hoje estão lá, descansando. Nós somos parte dessa natureza. É por isto que temos esta responsabilidade; faz parte da nossa cosmovisão (...) estamos tentando quebrar estes paradigmas de colonização que ainda permeiam a nossa sociedade (...) O pensamento do colonizador, eurocêntrico, permaneceu na cabeça das pessoas e muitas pessoas, infelizmente, estão reproduzindo este modo de viver europeu, inclusive dentro de nosso território. (entrevista com o secretário municipal de educação de Pesqueira, Thiago, 7 de junho 2022)

A mesma essência do ‘ser indígena’ hoje é definida por uma relação especial com a terra. A terra é percebida como sagrada e como mãe para os Xukuru, igual a outros indígenas das Américas. Como a terra é sagrada e mãe, ela não poder ser possuída de forma individual. Ou seja: a forma como ‘ser indígena’ é definida hoje implica na posse da terra de forma coletiva. O governo reconhece e fortalece esta compreensão de ‘ser indígena’ na medida que as reservas outorgadas aos indígenas são terras coletivas.

7. Construindo autenticidade

O discurso Xukuru que informa e cria o significado de “ser indígena” é um discurso contemporâneo. Ele corresponde às oportunidades criadas a indígenas pela constituição de 1988 e de algumas leis internacionais. Ser indígena hoje significa uma

coisa diferente do que significava na época pré-colonial ou mesmo na época colonial e durante a maior parte do século XX.

Ser indígena, portanto, não é um fato, mas uma construção e reconstrução permanente, com aspectos performáticos e discursivos que correspondem as oportunidades e restrições do contexto histórico e político (HOBBSAWM; RANGER, 1983). Como ressalta Gayatri Spivak (2012), o essencialismo pode ser utilizado de forma estratégica por grupos subalternos na sua luta pelos direitos. Afinal, todo mundo é nativo de algum lugar e, portanto podia ser considerado “indígena.” Não é óbvio, portanto, qual é a essência de ser indígena; de onde vem essa essência; quanto tempo é preciso estar num lugar para ser nativo; entre outros. Como Jan Hoffman French mostrou (2009), a construção do ser indígena, além dos seus aspectos discursivos e performáticos, também corresponde às oportunidades legais, pois a mesma lei, nesse momento adverso à causa indígena brasileira, em outro momento histórico e político, criou oportunidades para afirmar o ser indígena e com isto, clamar direitos antes negados. As cotas universitárias reservadas para indígenas e a possibilidade de segurar terra coletiva e tirá-la do controle de oligarquias tradicionais certamente são as oportunidades mais destacadas nesse contexto.

Para construir o significado do ‘ser indígena,’ os Xukurus podem escolher de uma gama grande de significados e elementos culturais disponíveis a eles hoje em dia. São estes relatos da conquista, cartas e livros de missionários, tradição oral, assim como acervos municipais, estaduais e federais. De grande influência são também os relatos de outros grupos indígenas, tanto ao nível nacional, como internacional. O significado de ser indígena, ou de ser Xukuru, hoje, é o resultado de um conjunto eclético de práticas, filosofias, e discursos tidos como ‘nativos’ no mundo inteiro.

O pajé dos Xukurus, “seu Zequinha,” de 92 anos, explica: “Nos anos 50 a 60, não tinha índio. Como é isso? Tinha índio, sim, mas eles estavam negando sua identidade. Estavam escondendo sua identidade (...). Não tinha cacique (...).” (entrevista com o pajé Xukuru, ‘seu Zequinha,’ 8 de junho 2022)

O princípio de “mandar obedecendo”, por exemplo, é um elemento central do discurso e da prática dos Zapatistas do México (Mora, 2017). Como os Zapatistas conseguiram uma hipervisibilidade internacional, seus princípios estão influenciando o significado de “ser indígena” no mundo todo. Vários dos líderes intelectuais Xukuru que entrevistei referenciaram a ideia Zapatista do ‘mundo donde quepan muchos mundos’ – ou seja: um mundo que tem espaço para muitos mundos e muitas formas de ser.

Autores como Robin Wall Kimmerer (2013), mesmo que desconhecida entre a maioria dos Xukurus e outros grupos indígenas do Brasil e da América Latina, oferecem uma interpretação do que significa, hoje, ser indígena e nativo. Desta forma, autores como Kimmerer se tornam empresários étnico-políticos (*ethnopolitical entrepreneurs*), no sentido explicado por Rogers Brubaker que argumenta: “a retificação é um processo social, não somente um mal hábito intelectual” (BRUBAKER, 2004, p. 10). Em outras palavras: categorias sociais se tornam reais através de um processo social, liderado e, muitas vezes, criado ou inventado por líderes étnico-políticos e suas organizações.

Kimmerer, igual a muitos outros autores indígenas brasileiros e das Américas, enfatiza a relação de indígenas com a natureza e os aprendizados que a mãe natureza pode oferecer aos seres humanos e, ao fazer isso, ela consolida a significado do ‘ser indígena.’ Uma referência explícita nessa construção identitária é o livro de Davi Kopenawa, um intelectual Yanomami que publicou seu influente livro, *A Queda do Céu*, em 2015, em português, dois anos depois de publicar o mesmo livro em inglês, pela Harvard University Press – das mais prestigiosas e influentes editoras do mundo, indicando o caráter global desse discurso. Na atualidade, é provavelmente a voz de Ailton Krenak que mais influencia o significado de ‘ser indígena,’ tanto para indígenas como para não indígenas no Brasil. Seu livro *A vida não é útil* (2020) se transformou em leitura obrigatória em muitos cursos universitários e suas críticas ao modelo capitalista e desenvolvimentista que destrói a natureza virou conhecimento geral, ao ponto que ‘ser indígena’ hoje necessariamente é vinculado a preservação da natureza.

Krenak e Kopenawa foram mencionados várias vezes nas minhas entrevistas com os líderes xukurus, como referência ao discurso “decolonial” que atualmente domina as discussões sobre indígenas nas Américas no âmbito acadêmico. Muitos dos Xukurus entrevistados referenciam conceitos como “Abya Yala” para se referir as Américas, ou então “Ilha das Tartarugas” – expressões criadas e disseminadas por indígenas Panamenhos e Canadenses, respectivamente.

Como já mencionei anteriormente, o atual conteúdo discursivo e performático de constituir e reconstituir o significado de “ser indígena” no Brasil é novo. Esse discurso surge com as oportunidades que “ser indígena” trouxe ao longo das últimas décadas. A constituições de 1988 trouxe a oportunidade de reclamar terras ancestrais; o sistema de cotas que reserva vagas universitárias às minorias étnicas, negros e indígenas, desde 2002, fez com que a partir desse ano, muito mais candidatos se apresentassem como negros ou indígenas; a declaração da ILO de 1996 deu aos indígenas mais uma ferramenta de pressionar seu próprio governo. Para os Xukurus, isto possibilitou entrar na justiça contra o governo brasileiro na corte interamericana de justiça e ganhar uma causa de um milhão de dólares – valor que os Xukurus utilizaram para investir na infraestrutura do seu território. Fundações internacionais e o mesmo governo federal brasileiro agora também financiam projetos, de e para indígenas – e os Xukurus já se beneficiaram de várias oportunidades financeiras destes órgãos, por exemplo, na construção de uma casa para sua assembleia geral e no reflorestamento do seu território.

A condição básica de conseguir tais apoios é de *ser e parecer* indígena ao interlocutor interessado. Assim: as novas oportunidades criaram uma pressão performática aos indígenas brasileiros, pois os interlocutores interessados neles querem ver, e apoiar, indígenas autênticos. Portanto, esses interlocutores nacionais e internacionais influenciam a definição daquilo que é legitimamente considerado indígena.

Como o significado de “ser indígena” não é obvio, ele é constantemente disputado e renegociado, não somente pelos mesmos indígenas, mas, de forma significativa, pelos agentes que apoiam aqueles que eles mesmos consideram indígenas. São estes, mais do que os próprios indígenas, que propulsionam o aspecto performático de ser indígena, expressado na forma de se vestir; mas também numa certa forma de se

relacionar com a mãe terra e de ter uma religiosidade específica. Para os indígenas, a definição de ser indígena é uma questão de resgate de práticas perdidas, de reconstituir uma coletividade consciente e de encontrar sistemas políticos e econômicos que fazem sentido para eles neste momento da história. Ser indígena, para muitos deles, é uma construção identitária que se inspira e aprende dos mais velhos, entre eles e de outros grupos indígenas e, ao mesmo tempo, é oposto ao significado do ser branco ou ser colonizador. Esse processo, chamado de *schismogenesis* por Gregory Bateson (BATESON, 1935; GRAEBER; WENGROW, 2022) faz com que o processo de encontrar a essência de ser indígena seja necessariamente um processo decolonial.

8. Conclusão

Os Xukuru do Ororubá é um grupo indígena Brasileiro cujos ancestrais já viviam no território da Serra do Ororubá antes das invasões Europeias as Américas. Durante a colonização portuguesa, os Xukurus participaram na “Guerra dos Bárbaros,” como integrantes da aliança Cariri contra os Portugueses. Depois que perderam essa luta, sofreram a perda do seu território e da sua cultura. Nas mãos dos fazendeiros que tomaram suas terras, os Xukurus viraram camponeses pobres e explorados. Somente em meados do século XX começou o processo da sua recuperação enquanto povo indígena, depois de já terem perdidos sua língua para sempre.

A luta Xukuru começou pela reconquista da sua identidade indígena, nos anos 1950 e 60. Uma vez que um grupo de pessoas se assumiu Xukuru, começou o processo de recuperação da sua cultura e sua religiosidade. Esse processo foi liderado pelo pajé Xukuru “seu Zequinha,” que lidera seu grupo espiritualmente até hoje. O próximo passo nessa recuperação foi a luta pela terra. Depois de darem entrada ao reconhecimento das suas terras ancestrais junto ao governo federal, seu território foi finalmente reconhecido e homologado em 2001. O processo pela terra foi doloroso e custou caro aos Xukuru, pois seu líder, o cacique Xicão Xukuru, foi assassinado em 1998, a mando de um fazendeiro.

O filho de Xicão, Marcos, assumiu o cargo de cacique em 2001, continuando a luta do seu pai. Sob a liderança dele e de seu Zequinha, os Xukurus ganharam um processo jurídico contra o governo brasileiro na corte Interamericana e receberam uma indenização de 1 milhão de dólares. Eles utilizaram este dinheiro, e outros recebidos de órgãos nacionais e internacionais desde então, para investir no seu território. Hoje, a reserva Xukuru conta com um centro para reuniões e uma cisterna para a coleta de água. Vários projetos de preservação e educação ambiental estão em andamento no seu território, assim como a produção de medicamentos e produtos naturais.

Em novembro de 2020, a trajetória Xukuru ganhou uma nova dimensão, pois seu cacique fora eleito ao cargo de Prefeito de Pesqueira, uma cidade de uns 68 mil habitantes que fica dentro do território ancestral Xukuru e ao lado da atual reserva Xukuru. A história de Pesqueira é intimamente conectada à história dos Xukuru. Mesmo sendo eleito com a maioria dos votos, não foi permitido a Marcos tomar posse, por causa de um processo criminal pendente contra ele, em 2003. Como seu grupo ganhou a maioria na câmara legislativa de Pesqueira, o Prefeito ínterim apontou

Marcus como secretário do estado, permitindo que ele possa exercer sua função de forma indireta.

Com a chegada dos Xukuru ao poder público municipal de Pesqueira, começou uma nova fase da sua atuação no âmbito público e de políticas públicas – o tema deste artigo. É uma fase de aplicar as crenças e práticas do seu território a esfera não indígena. Começa, dessa forma, a fase da política pública indígena em Pesqueira. De que se trata?

Este artigo mostrou que se trata de uma política pública diferente que busca aplicar os princípios indígenas à gestão pública: o princípio de “mandar obedecendo,” ações políticas definidas pela coletividade, horizontalidade e responsabilidade. Desde 2001, os Xukuru definem suas ações coletivas e, portanto, suas Políticas Públicas, numa assembleia geral que ocorre uma vez por ano, em maio, no seu território. A partir de 2021, eles procuram proceder da mesma forma fora do seu território, no município de Pesqueira. Procuram praticar uma gestão aberta às demandas da população, horizontal, transparente, baseada na responsabilidade cidadã, onde cada cidadão se sente corresponsável com o bem-estar de todos; onde todos pertencem e tem um lugar no município. Definem essa política de uma política decolonial, na medida que ela é oposta à política tradicional, vertical, elitista e clientelista do local.

Encontram, como é de se esperar, a oposição de todos aqueles que se beneficiaram do velho esquema, o que causa problemas e perigos. O cacique Marcos foi alvo de um atentado contra sua vida em 2003. Dois dos seus colegas indígenas foram mortos na ocasião, mas é Marcos que está sofrendo as consequências dos acontecimentos de 2003, pois a justiça brasileira, nas suas instâncias estaduais e federais, achou certo processá-lo por ter participado de um protesto contra a tentativa de seu próprio assassinato, quando uma casa foi incendiada. Mesmo assim, os Xukuru estão no governo em Pesqueira, pondo em prática uma política pública indígena diferenciada e decolonial. As expectativas dessa gestão pública indígena são grandes. Resta esperar para ver se eles vão ter a oportunidade de pôr em prática suas convicções e vencer a luta contra as elites tradicionais, oligárquicas, que ainda dominam muitos aspectos da política brasileira e conseguem influenciar o que é considerado legal no país. A importância da luta dos Xukuru, portanto extrapola seu território ancestral e impacta todo o país, pois é uma luta não só para testar a democracia, onde “o povo” deveria determinar seu próprio destino. É também uma luta para determinar se, no Brasil, o justo e o legal podem ser conciliados.

Referências

ALVEA, Carmen Margarida Oliveira. 2015. “De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII).” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 70, 2015, pag. 41-64. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70015>

ARCANJO, Juscelio Alves. 2008. “*Terras de Preto*” em Pernambuco: Negros do Osso – Etnogenese Quilombola. Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos. Universidade Federal da Bahia.

BATESON, Gregory. 1935. “199. Culture Contact and Schismogenesis.” *Man* 35 (1935): 178–83. <https://doi.org/10.2307/2789408>.

BRUBAKER, Rogers. 2004. *Ethnicity without Groups*. Boston: Harvard University Press.

CARDIM, Fernao. 1925 [1625]. *Tratados da terra e Gente do Brasil*. Rio de Janeiro. J Leite & Cia.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. 2019. *Governar Pernambuco e as “capitanias Anexas”*: O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese de Doutorado. Programa Interuniversitário de Doutoramento em História. Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. 2016. “Sítios, fazendas e a dinâmica da apropriação territorial no Brasil colonial: o caso do sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII).” *Revista Em Perspectiva [On Line]*. 2016, v. 2, n. 1., pag. 73-101.

FRENCH, Jan Hoffman. 209. *Legalizing Identities: Becoming Black or Indian in Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

GEORGE, Alexander and Andrew Bennett, 2005. *Case Studies and Theory Development*. Boston: MIT Press.

GRAEBER, David; WENGROW, David. 2022. *The Dawn of Everything*. New York: Farrar, Straus & Giroux

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. 1983. *The Invention of Tradition*. New York: Cambridge University Press.

KAPINAWA, Davi. 2015. *A Queda do Céu*. São Paulo: Companhia das Letras.

KIMMERER, Robin Wall. 2013. *Braiding Sweetgrass*. Minneapolis: Milweed Editions.

KRENAK, Ailton. 2020. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. 2005. Barbaras Guerras: Povos indígenas nos conflitos e alianças pela conquista do sertão nordestino colonial. Paper presented at ANPUH – *XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Londrina, 2005.

MORA, Mariana. 2017. *Kuxlejal Politics*. Austin: University of Texas Press.

PUNTONI, Pedro. 2014. *O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia Colonial (1548-1700)*. São Paulo: Alameda.

Reiter, Bernd. 2017. “Theory and Methodology of Exploratory Social Science Research.” *International Journal of Science and Research Methodology*. Vol. 5. Issue 4 (February 2017):129-150.

_____. 2019. *The Crisis of Liberal Democracy and the Path Ahead*. London: Rowman & Littlefield International.

SILVA, Wesley de Oliveira. 2020. Valentes Flecheiros: Atuação das Tropas Indígenas na Capitania de Pernambuco entre 1660-1700. *Epígrafe*. São Paulo, v. 8, n. 8, pp. 110-137.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. “Subaltern studies: Deconstructing historiography.” *In other worlds*. Routledge, 2012, pages 270-304.

